

Consulta ao TCE-PE: consórcio público não pode cobrar por adesão a atas de preços



O Pleno do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE) respondeu a uma consulta do prefeito de São Caetano, Josafá Almeida Lima, sobre a legalidade da cobrança de valores, por parte de consórcios públicos, para adesão de outros órgãos às suas atas de registro de preços.

Também conhecida como “carona”, a adesão ocorre quando um órgão decide contratar o objeto licitado por outra entidade da administração pública.

Em seu voto, o relator da consulta, conselheiro Carlos Neves, argumentou que a cobrança não tem base legal – seja para entes consorciados, que já contribuem com os custos do contrato de rateio, seja quanto para os não consorciados, por incompatibilidade com o princípio do federalismo cooperativo.

Boas práticas do TCE-PE ganham destaque em encontro nacional



Três experiências exitosas do TCE-PE foram apresentadas no 3º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas (LabTCS), realizado de 13 a 15 de maio, em São Paulo. O evento foi promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em parceria com o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP) e o Instituto Rui Barbosa (IRB).

O TCE-PE compartilhou iniciativas que se destacam pela inovação, impacto social e foco em resultados:

- Estratégia de atuação sobre as Políticas Públicas para a Primeira Infância
- Programa TCE + Seguro
- Eliminação dos Lixões em Pernambuco

Colaboração entre TCE-PE e Polícia Civil é destaque em evento sobre combate à corrupção



A auditora de controle externo Patrícia Lustosa, gerente de Informações Estratégicas e Inteligência, representou o TCE-PE na Jornada de Integração Institucional, promovida pela Polícia Civil de Pernambuco no último dia 7. O evento teve como foco o fortalecimento de parcerias para

enfrentamento à corrupção.

Patrícia participou do painel "Corrupção se combate com transparência, punição e ação", abordando a importância da colaboração entre as instituições no enfrentamento das irregularidades na administração pública.

Na apresentação, Patrícia detalhou a estrutura do Tribunal e as principais ferramentas de transparência utilizadas para prevenir e combater práticas ilícitas na gestão pública, além de enfatizar os resultados positivos da atuação integrada com a Polícia Civil.

A procuradora do Ministério Público de Contas (MPC-PE), Germana Laureano, também participou das discussões

Siga o TCE nas redes sociais

 /TCEPernambuco

 @tcepe

 @tce_pe